

# AS IDÉIAS GRAMÁTICAS DE JOÃO DE BARROS

José Lemos Monteiro\*

## Resumo

Este estudo se concentra numa leitura da Gramática de João de Barros, publicada pela primeira vez em 1540, analisando principalmente os aspectos de sua proposta alfabética e da teoria das partes do discurso. Tal leitura demonstra que João de Barros não se limitou a repetir a doutrina dos gramáticos da tradição greco-latina que o antecederam, senão que foi capaz de perceber e descrever, com bastante acuidade, uma série de inovações do português face ao latim.

## Abstract

This paper concentrates on a reading of João de Barros' grammar, published for the first time in 1540. The paper basically analyses the main aspects of João de Barros' orthographic doctrine and his theory on the parts of speech. This reading demonstrates that João de Barros did not limit himself to just repeating the classic tradition. He, on the contrary, was able to perceive and to accurately describe a series of changes in the Portuguese language.

## 1. INTRODUÇÃO

A obra de João de Barros, publicada na primeira metade do século XVI, ao lado da Gramática de Fernão de Oliveira, foi uma das primeiras a tentar uma descrição gramatical da língua portuguesa. Só este fato já seria suficiente para que fosse lembrada e relida, até para se perceber em que aspectos se processou, desde aquela época aos dias de hoje, alguma evolução em termos doutrinários e expositivos. E, nesse sentido, não é ousado dizer que, se contém passagens ingênuas ou inconsistentes, muito do que apresenta surpreende pela coerência e fundamentação teórica, por vezes indicando que alguns problemas lingüísticos atuais poderiam ter soluções bastante simplificadas.

Pretendemos, pois, esboçar uma análise das principais idéias lingüísticas de João de Barros, tomando por base a leitura de sua Gramática. Consideramos como essenciais alguns elementos de sua proposta alfabética e de sua teoria das partes do discurso e, por isso, neles nos deteremos, com a ressalva de que muitos outros aspectos merecem a atenção dos estudiosos.<sup>1</sup>

## 2. A GRAMÁTICA DE JOÃO DE BARROS

A *Grammatica da lingua portuguesa* foi editada pela primeira vez por Luís Rodrigues, juntamente com o *Dialogo em louvor de nossa linguágem*, no ano de 1540. Existe um exemplar dessa edição na Biblioteca da Ajuda em Lisboa, outro na Biblioteca Municipal de Évora e um terceiro na Biblioteca Municipal de Rouen. A segunda edição só veio aparecer em 1785, por iniciativa dos monges cartuxos, num volume intitulado *Compilaçam de varias obras do insigne portuguez Joam de Barros* em que se encontram, além da *Gramática*, a *Cartinha*, publicada pela primeira vez em 1539, o *Dialogo em louvor de nossa linguágem* e o *Dialogo da uiçiosa Vergonha*. Já na segunda metade do século atual, em 1957, José Pedro Machado publicou a terceira edição e, em 1971, a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa lançou uma quarta edição, que também inclui a *Cartinha* e os dois diálogos citados, com reprodução facsimilada, leitura, introdução e anotações feitas por Maria Leonor Buescu. Percebe-se, logo numa primeira leitura, uma aproximação muito grande entre a *Gramática* de João de Barros e a obra do espanhol Antonio de Nebrija. Não se pode, porém, simplesmente dizer que se trata de um plágio ou mera tradução ou mesmo uma adaptação, pois, em diversos pontos, há diferenças que revelam um paciente trabalho de reflexão sobre a língua portuguesa. E o próprio estilo ou forma de apresentação diverge em função dos objetivos propostos: enquanto Nebrija teve uma preocupação doutrinária ou especulativa, João de Barros manifestou uma intenção pedagógica ou normativa. Além disso, é de pressupor que

\* Professor do Programa de Pós-Graduação em Lingüística da Universidade Federal do Ceará.

<sup>1</sup> Assim, por exemplo, Bessa (1979/80) fez uma leitura de João de Barros (e de Fernão de Oliveira) dirigida estritamente para os processos de formação de palavras.

muitas das coincidências entre os dois autores se deve ao fato de ambos utilizarem algumas fontes comuns, sobretudo as gramáticas latinas que lhes servem de modelo.

## 2.1. Estrutura da obra

A *Gramática* de João de Barros se compõe de quatro partes: Ortografia, Prosódia, Etimologia<sup>2</sup> e Sintaxe ou Construção. Nas duas primeiras, o autor enumera as letras, descreve as sílabas, a quantidade e os acentos. Na terceira parte, estabelece uma classificação das palavras, além de deter-se na análise das flexões nominal e verbal. Na quarta, dedica-se ao estudo da sintaxe, definida como a *conveniência* entre as partes do discurso. E, após apresentar seus princípios de concordância e regência, inclui ainda mais dois capítulos: um que trata das figuras ou “espécies de barbarismos” e outro que retoma, de forma pormenorizada, a questão da ortografia.

### 2.1.1. A proposta alfabética

João de Barros deve ter sofrido uma forte influência dos ortografistas italianos, que preconizavam a conformidade da escrita com a pronúncia, aliada ao conservadorismo de Nebrija que, embora também defendesse o mesmo princípio<sup>3</sup>, manteve-se bastante sóbrio quanto a inovações.

Sobre a influência italiana, basta observar o tratamento dado à representação das vogais. Já na primeira gramática italiana, obra anônima publicada antes de 1494, aparecem símbolos distintos para os timbres aberto e fechado do /e/ e /o/, bem como a designação *o* grande e *o* pequeno ou *e* grande e *e* pequeno. E, em 1524, Trissino também se refere ao mesmo problema dos timbres aberto e fechado, seguindo-se Tolomei e Varchi que propuseram o uso de maiúsculas e minúsculas como uma das possíveis soluções. Isto sem esquecer que a fonte imediata para a introdução de novos símbolos no esquema das vogais portuguesas pode ter sido o próprio Fernão de Oliveira, que utilizou os grafemas gregos *a*, *e* e *w*.

Na *Gramática* de João de Barros (incluindo-se a *Cartinha* como introdução) aparece quatro vezes a indicação ou mesmo a descrição do alfabeto. Todavia, paradoxalmente, nunca de modo coincidente. Na *Cartinha* há em primeiro lugar um alfabeto ilustrado, em que para cada letra se atribui um desenho cujo nome por ela inicia: *árvore* para o *a*, *bésta*<sup>4</sup> para o *b*, *cesto* para o *c* etc. Após a apresentação desse

alfabeto, constante de vinte e duas letras, há um outro em que se incluem “algũas letras dobrádas”. Nesse novo alfabeto há trinta e uma letras, oito das quais João de Barros considera como as vogais portuguesas, em concordância com a doutrina de Fernão de Oliveira.

No parágrafo *Difinçám das lêteras e o número délas*, João de Barros diz que o alfabeto português possui vinte e três letras *em poder* e trinta e quatro *em figura*, o que mais uma vez representa uma contradição, desde que nem coincide com a constituição do alfabeto proposto no início da *Cartinha* nem com o que se lhe segue.

A respeito das expressões *letras em poder* e *letras em figuras* Buesco (1983:82) afirma que:

*“letras em poder” são aquelas que potenciam uma ou várias representações escritas e são, portanto, em número menor do que aquelas que atualizam (“letras em figura”) essas mesmas representações, isto é, a função da escrita. As “letras em poder” formam, pois, o alfabeto originário, ou, se quisermos, arquetípico ou formal, enquanto as “letras em figura” serão a realização desse alfabeto ideal.*

Cumprê ressaltar que, ao distinguir figura e poder, João de Barros copiou Nebrija, tomando deste ao pé da letra numerosos exemplos, sem contudo mencioná-lo. Copiou também Fernão de Oliveira, por vezes de forma incoerente, como se não o entendesse bem. Assim, de acordo com uma observação de Coseriu (1975:8), ele terminou confundindo os dois conceitos: declarou, por exemplo, que o português possui 23 “letras em poder e trinta e quatro em figura”, quando deveria ter dito exatamente o contrário. Pior ainda, no capítulo sobre Ortografia, aludiu a 26 poderes, tendo sido traído ao plagiar Nebrija, que assim se referiu corretamente ao espanhol e não ao português.

De qualquer forma, em sua proposta alfabética, João de Barros preocupou-se em resolver pelo menos três problemas sérios que percebeu na representação dos fonemas portugueses:

- a) a perda da noção de quantidade e necessidade de distinguir os graus de abertura das vogais;
- b) a tentativa de substituição do dígrafo *qu* pela letra *c*, utilizando o *ç* para o som sibilante (*ça*, *çe*, *çi*, *ço* e *çu*) que ainda era africado no século XVI;
- c) a distinção das semivogais *i* e *u* em relação ao *j* e *v*.

<sup>2</sup> Nas gramáticas da época, o que se denominava de Etimologia corresponde mais ou menos ao que hoje compreende a Morfologia.

<sup>3</sup> Lê-se em Nebrija (1492:21): “assi tenemos de escrever como pronunciamos i pronunciar como escrevimos”. E em João de Barros: “A Primeira e principal regra na nossa orthografia, é escreuer totalas dições com tantas leteras com quantas a pronunçiamos” (42 v). O mesmo princípio se encontra nas demais propostas ortográficas que foram sugeridas para a língua portuguesa, conquanto nem sempre tenha sido seguido ao pé da letra. Assim, estabelece Duarte Nunes do Lião (1576): “a primeira regra da orthographia Portuguesa: que assi hemos de screuer, como pronunciamos, & assi hemos de pronunciar como screuemos”. E, quase nos mesmos termos, repetirá mais tarde Álvaro Ferreira de Véra (1631): “Toda a orthographia consiste em escrevermos, assim como pronunciamos; & assi hemos de pronunciar, como escrevemos”(fol.43).

<sup>4</sup> Acentuamos a letra *e* para representar a vogal anterior aberta que, na grafia de João de Barros, aparece freqüentemente como um *e* com uma vírgula sotoposta.

Para distinguir o timbre das vogais portuguesas, João de Barros, diferentemente de Fernão de Oliveira, propôs o uso de sinais diacríticos: o acento agudo sobre as letras *a* e *o* e uma espécie de vírgula sob a letra *e*. Para representar o fonema oclusivo velar surdo /k/, igualmente a Fernão de Oliveira, sugeriu a letra *c*, antes de qualquer vogal, o que possibilitaria a eliminação tanto do dígrafo *qu* como da letra *k*. A justificativa para a exclusão do *q*, se no início parece válida, ao fim se torna no mínimo pitoresca:

*Este letera .Q. pelo nome que têm, e assy pela pouca neçesidade que á della [...] a nós conuinha mais que a outra naçam desterrála da nõssa orthografia, e em seu logár, empossár esta letera, c, [...] pois ésta .Q. têm tam peruérsa natureza alem do máo nome, que se nam aiunta ás leteras uogáes senam mediante esta, u (48 r).*

Embora nesse aspecto não divirja em nada de seu antecessor, a idéia de utilizar a letra *c* em vez do *k* ou do dígrafo *qu*, segundo o próprio autor, foi inspirada em Quintiliano:

*Quintiliano por que os latinos nam tem este em figura tratou do primeiro [no caso a letra c] dizendo que com elle podiamos soprir o ofiço de, k, e q (46 r).*

Aliás, a simbolização gráfica do fonema /k/ se tornou um problema sério para todos os ortografistas do século XVI. Havia uma natural aversão ao dígrafo *qu*, cuja abolição já fora discutida não só por Quintiliano, mas também por Varrão, Prisciano e Isidoro. Nebrija, em sua obra *Reglas de Orthographia en la lengua castellana*, retomou a discussão, afirmando que *k* e *qu* não têm qualquer utilidade na língua castelhana. Quanto à distinção das semivogais *i* e *u* em relação a *j* e *v*, o trabalho de João de Barros igualmente foi o de seguir a orientação que terminou consolidada na obra de Nebrija. Mas deixou em aberto a questão do *y*, para a qual não apresentou uma proposta precisa. Diz ele:

*Y, grego tem dous ofiços: sérue no meo das dições ás uezes como, máyor, ueyo. E sérue no fim das dições sempre: como, páy, áy, tomáy. &c. (45 r).*

Outro aspecto que merece alguma consideração diz respeito ao emprego dos acentos e do til. Diversamente de Fernão de Oliveira, João de Barros considera o til como letra, talvez traído pela própria origem do símbolo. O til é interpretado como uma letra supletiva, para substituir o *n*, o *m* e o grupo *ue*:

*... séruenos por estas tres leteras .m, ue, quando se põem sobre esta letera .q, ou sobre letera uogal (4 r).  
... sérue em seu lugár [do m] til, a que podemos chamár (soprime)to delle e do, n, como nestas dições, mandár, razám (47 v).*

Quanto aos acentos, é interessante anotar a função distintiva aplicada ao circunflexo, cuja utilização se reduz a

*â* ou *ô*, formas pronominais, representando fonicamente o mesmo que os artigos definidos. Isto é, o acento não tem a função de marcar a tonicidade. Lembramos a respeito que posteriormente, em Gândavo (1574), o circunflexo terá também um valor distintivo, ao afetar a vogal *o*, mas correspondendo à vogal aberta (“Vos ô poderoso Senhor valeinos, ô grão Rey ajudainos, etc.”-13 r.). E, em contrapartida, a função distintiva do acento agudo não assinalará a abertura da vogal, mas a oposição temporal, a julgar pela própria exemplificação do autor (*agradecéra* em contraste com *agradecerá*).

## 2.1.2. A classificação dos vocábulos

Se Fernão de Oliveira impressiona pela descrição do sistema fonológico português, João de Barros empreendeu uma tarefa não menos significativa no nível morfossintático, adaptando para a nossa língua a teoria das partes do discurso, que já vinha sendo elaborada desde os antigos pensadores gregos.

Com efeito, depois que Platão estabeleceu a distinção entre o nome e o verbo, as reflexões sobre as espécies de vocábulos perduraram para sempre. Os estóicos foram capazes de reconhecer cinco partes do discurso (*nomen, appellatio, verbum, pronomen, conjunctio*). E Dionísio da Trácia (séc. II A. C.) elaborou uma classificação em oito partes que, com pequenas modificações para mais ou para menos, chegou aos tempos modernos.

João de Barros, considerando a existência de nove partes do discurso, repete a classificação tradicional da gramática latina, desde que apenas lhe acrescenta o artigo. Mas, nesse número, entende ele que o nome apresenta as subcategorias de substantivo e adjetivo, noções esclarecidas em função dos conceitos aristotélicos de substância e acidente. Em suas palavras:

*Nome sustantiuo chamamos a quelle que per sy póde estár [...]. Nome aietiui, ao que nam tẽ ser per sy, mas está em costádo ao sustantiuo (6 v).*

O que se deve ressaltar nesse ponto é que, embora durante o século XVI o substantivo e o adjetivo frequentemente sejam confundidos por alguns gramáticos, João de Barros já consegue formular uma distinção mais ou menos aceitável, sem que no entanto tenha ousado falar em duas partes distintas do discurso. Aliás, se é fato que a repartição do nome em substantivo e adjetivo já se encontra entre os escolásticos do século XII, é somente no século XVIII que se chega a concebê-los como classes autônomas. Concepção que, para nós (Monteiro, 1991), não representa nenhum avanço, uma vez que nos parece bem mais lógico interpretar o substantivo e o adjetivo não como classes distintas, mas apenas como funções que, ao lado do advérbio, podem ser exercidas por nomes ou pronomes.

Seja como for, qualquer tentativa de classificação dos vocábulos deve fundamentar-se no pressuposto de que as unidades lingüísticas se organizam hierarquicamente. E tal

pressuposto está bem presente na consciência metalingüística de João de Barros, o que se demonstra através da inteligente metáfora do jogo de xadrez, que chega a constituir uma verdadeira teoria:

*E como pera o iogo do enxedrez se requerẽ dous reyes, hũ de hũa cor e outro de outra, e que cada hũ delles tenha suas peças póstas em cásas próprias e ordenadas, com leyes do que cada hũa deue fazer [...] assy todas as linguagens tem dous reis, diferentes em gênero, & concordes ẽ oficio: a hũ chamã Nome e ao outro, Vêrbo. Cada hũ destes reyes tẽ sua dama: á do nome chamam Pronome, & á do uêrbo, Auêrbio. Participio, Artigo, Coniunçãm, Interieçã, sam peças e capitães principães que de baixo de sua iurdiçam tẽ muita pionagem de dições, com que comũmente sêruem aestes dous poderosos reyes, Nome, & Vêrbo (59r - 60v).*

Buescu (1983) associa esse modelo de organização sintática à teoria gerativo-transformacional de Chomsky. Não obstante, a metáfora do jogo de xadrez, denunciando claramente que João de Barros tinha uma visão sistêmica da língua, também nos lembra de imediato a seguinte passagem, já célebre, de Saussure (1970:104):

*Mas de todas as comparações que se poderiam imaginar, a mais demonstrativa é a que se estabeleceria entre o jogo da língua e uma partida de xadrez. De um lado e de outro, estamos em presença de um sistema de valores e assistimos às suas modificações. [...] O valor respectivo das peças depende da sua posição no tabuleiro, do mesmo modo que na língua cada termo tem seu valor pela oposição aos outros termos.*

Assim sendo, se Saussure percebeu que a língua é um sistema de oposições funcionais, João de Barros, muito tempo antes, parece ter tido uma visão bem nítida dos esquemas relacionais que subjazem a qualquer enunciado. E, o que mais impressiona, a mesma idéia de oposição é a base da comparação entre a língua e o jogo de xadrez.

A partir daí, João de Barros apresenta as características de cada classe gramatical, utilizando critérios que sem dúvida deixam certas indagações, desde que às vezes são enquadradas num mesmo item subdivisões que não parecem estar bem correlacionadas.

Assim, ao tratar dos nomes, especifica seis acidentes: a *qualidade* (próprios ou comuns, substantivos ou adjetivos, relativos ou antecedentes); a *espécie* (primitivos ou derivados, estes últimos podendo ser patronímicos, possessivos, gentílicos, diminutivos, aumentativos, comparativos, superlativos, verbais, participiais ou adverbiais); a *figura* (simples

ou compostos); o *gênero* (masculinos, femininos, neutros, comuns de dois, comuns a três); o *número*; a *declinação*.

Com relação ao gênero, João de Barros foi capaz de intuir que, em português, ao contrário do latim, o que marca essa categoria não é apenas a significação, mas a presença do artigo:

*Nós não somente conhecemos o nôsso gênero per significaçã como os latinos, mas per artigo, como os gregos (10 r).*

Na realidade, ele especifica para o português três gêneros: o masculino, o feminino e o neutro. Como, porém, o neutro se restringe aos nomes das letras do alfabeto e aos infinitivos substantivados (*o querer, o amar, o ler*), faltou muito pouco para que divisasse a existência de apenas dois gêneros em português, identificados sempre pelo artigo. É o que se depreende de sua conclusão, em que substantivos referentes a seres assexuados não são considerados neutros:

*Todo nome q se nã cõheçe per significaçã e nã entra ẽ algũa destas regras: per este artigo, o, serã masculino, e per este, a, serã feminino, assy como: o céo é habitaçã dos anios, e a tãrra morãda dos homẽ s (10 v).*

Ao estudar os pronomes, alista também seis acidentes: a *espécie* (primitivos e derivados); a *figura* (simples e compostos); o *gênero* (masculinos, femininos, neutros ou comuns de dois); a *pessoa*; o *número*; a *declinação*.

Queremos destacar, com relação à espécie de pronomes, a compreensão, esquecida ou ignorada por alguns gramáticos atuais, de que os possessivos são na realidade formas derivadas dos pronomes pessoais:<sup>5</sup>

*Os primitiuos ou primeiros sam estes seis eu, tu, sy, este, esse, elle. Os diriudados sam cinco: meu, teu, seu, nôsso, uósso. Chamanse deriuados por q se deriuã dos primeiros em o caso gtõ [genitivo]: onde diz de my, se deriuã, meu, e de ty, teu, e de sy, seu (16 r).*

João de Barros apenas não distingue ainda os pessoais dos demonstrativos e assim os considera todos na mesma subcategoria. Ou seja, para ele, os pessoais nada mais são do que demonstrativos: “Eu, nós, tu, uós, este, estes, sam demõstratiuos: por q cásy demóstrã a cousa” (16 r). Mas não se pode tirar-lhe a razão, desde que apela para a noção de dêixis e os exemplos que cita de fato remetem todos para esta noção. Se não diferencia a dêixis espacial da pessoal, tem pelo menos uma percepção muito cristalina da natureza dos pronomes.

<sup>5</sup> Em Monteiro (1994) insistimos na necessidade de se rever a classificação dos pronomes, eliminando-se o grupo dos possessivos e interpretando-os como pessoais. Com efeito, morficamente os possessivos se prendem à constituição ou mesmo radical dos pessoais; sintaticamente, completam o esquema de funções pronominais, uma vez que funcionam como adjuntos, enquanto os pessoais substantivos funcionam como sujeitos ou complementos; semanticamente, toda possessividade é pessoal, sendo um atributo da noção de pessoa.

Ao descrever o sistema verbal, classifica os verbos em substantivos (*ser*) e adjetivos (todos os demais). Opõe ainda os impessoais aos pessoais, apresentando para estes últimos oito acidentes: o *gênero* ou voz (ativa, passiva ou neutra); a *espécie* (primitivos ou derivativos); a *figura* (simples ou compostos); o *tempo* (presente, passado por acabar, passado acabado, passado mais que acabado, vindoiro ou futuro); o *modo* (indicativo, imperativo, optativo, subjuntivo e infinitivo); a *pessoa*; o *número*; a *conjugação*.

É interessante observar que, não sem uma certa dose de razão, João de Barros percebe na classe dos verbos a mesma noção de grau percebida na dos nomes. Assim, há os verbos aumentativos (*embranquecer, enegrecer, enverdecer, adoecer e estremececer*, respectivamente aumentativos de *branquejar, negrejar, verdejar, doer e tremar*) e os diminutivos (*choramingar e batocar, de chorar e bater*).

Quanto aos advérbios, além de basear-se na *espécie* (primitivos ou derivados) e na *figura* (simples ou compostos), estabelece uma classificação a partir da *significação*, semelhante à que se encontra nas gramáticas atuais do português, acrescentando porém certos tipos que mais se aproximam da noção de interjeição<sup>6</sup> ou de elementos denotativos. Dessa forma, cita os advérbios de demonstrar (*eis*), de chamar (*olá*), de desejar (*oxalá*), de ordenar (*item*), de perguntar (*como, porque*), de ajuntar (*em suma*), de apartar (*afora*), de jurar (*em verdade*), de despertar (*sus, eia*), de comparar (*bem como*) e de acabar (*em conclusão*). Mas, em compensação, já tem consciência clara da formação dos advérbios em *-mente*:

*Per outra maneira soprimos gram diuersidade de auérbios, aiuntádo a hum nome aietiuo feminino esta paláura, mente: e dizemos. Boamente, mámente, escásamente, grandemente. & c.(19 v).*

Para as preposições aponta como acidente apenas a *figura* e classifica-as pela noção de caso: genitivo (*de*), dativo (*a, para*), acusativo (*diante, por* etc.) e ablativo (*com, sem, em*). Os prefixos são interpretados como preposições e fazem parte do processo de composição, doutrina que será seguida por muitos estudiosos dos mecanismos de formação de palavras (Monteiro, 1991).

As interjeições que, conforme já assinalamos, são confundidas às vezes com os advérbios, constituem uma classe à parte e se identificam pelo conteúdo emocional que expressam. O autor pressentiu-lhes a natureza quase paralingüística, comentando:

*Outras muitas interieções temos, que mais se demonstrã nos autos e meneos de quem os fáz, do que a letera os póde exprimir: que casy sam tantas em espêcia, como temos de paixões naturáes (30 r).*

Quanto às três outras partes da oração (o artigo, o particípio e a conjunção), não faz mais que breves alusões. Sobre o artigo, além da definição, descreve suas declinações (uma para o masculino e neutro e outra para o feminino, ambas com singular e plural). Sobre o particípio faz apenas referência, quando trata da conjugação verbal. E alude à conjunção somente na sintaxe, quando enumera as duas mais comuns (a copulativa e a disjuntiva), dizendo que seria curiosidade enojosa falar de todas as suas espécies.

Terminada esta parte, volta-se especificamente para a sintaxe, ou melhor, *construicám*, em que discute os processos de concordância e regência (*regimento*). Apresenta então o que considera as regras gerais da sintaxe portuguesa na parte que trata da concordância do substantivo com o adjetivo, para em seguida tratar de questões relativas à predicação verbal e à regência dos substantivos, adjetivos e advérbios.

Percebe-se nisso tudo uma preocupação prescritivista herdada naturalmente dos gregos e latinos, que definiram a gramática como “hũ módo çerto e iusto de falár, & escreuer, colheito do uso, e autoridade dos barões doutos” (1 v). Mas João de Barros tinha uma visão estrutural, expressa por exemplo em sua metáfora do jogo de xadrez, além de não perder de vista a função comunicativa da linguagem. Assim, depois de mencionar a definição clássica de gramática, ele teoriza:

*Nós podemos lhe chamár artefício de paláuras, póstas ã seus naturáes lugáres: pera que mediãte ellas, assy na fála como na escritura, uenhamos em conhiçimento das tenções alheas (1 v).*

A observância ao modelo greco-latino não o impediu de ter algumas idéias próprias nem muito menos de registrar os traços idiossincráticos da língua portuguesa. A nosso ver, as críticas que comumente lhe fazem nesse sentido nem sempre são justas e exatas, sobretudo porque, conforme enfatiza Estanco Louro (s/d, 16), é necessário ter em conta as circunstâncias que o próprio João de Barros cita e que o absolvem das falhas cometidas.

Ou seja: a) ele foi o “primeiro que pôs a nossa linguagem em arte”; b) “a novidade da obra o pode desculpar”; c) ele pretendeu “levar a ordem dos artistas e não dos gramáticos especulativos [...] para fazer algum proveito aos mininos”.

Buescu (1983) entende que a subordinação de João de Barros ao modelo clássico é mais formal do que real, isto é, mais superficial do que profunda. E mostra que ele se preocupa muito mais em descobrir o que a língua portuguesa tem de diferente do que em copiar os autores em que se baseou.

Com efeito, as principais inovações do português face ao latim foram percebidas ou pressentidas por João de Barros. Entre elas, pode-se destacar:

<sup>6</sup> É curioso que o próprio autor diz adiante que as duas classes (a do advérbio e a da interjeição) foram vistas como sendo uma só entre os gregos, mas ele as distingue, seguindo os gramáticos latinos: “Os gregos contáram esta páte da interieçam cõ o auerbio. Os latinos (aquem nós seguimos) distintamête falarã della” (30 r).

- a) a perda da noção de quantidade das vogais: “E os Latinos e Gregos, sente) melhor o te)po das syllabas [...] por q) casi mais espéra a nóssa orelha o consoãte, q) a câtidade” (4 v).
- b) a existência do artigo: “Artigo é hu)a das pártes da oraçám, aquál como ia dissémos nam tem os latinos” (12 v);
- c) o desaparecimento das declinações: “Esta dificultáde mais é entre os Latinos e Gregos pola uariaçã dos cásos que acerca de nós [...] por que toda a [...] nóssa uariaçã é de singulár a plurár” (13 r);
- d) a redução das conjugações verbais: “Os latinos te) quátro cõiugações, nós, tres: as quáes conheçemos no módo infinitiuo onde elles conheçem as suas” (21 v);
- e) a formação da voz passiva analítica: “E por que ñã temos uérbos da uóz passiuu soprimos este defeito per rodeo [...] cõ este uérbo sou e hu) participio do te)po passádo, dize)do. Eu sou amádo dos home)es e deos é glorificádo de my” (19 r);
- f) a formação do grau comparativo analítico: “Comparatiuio nome, é aquelle que significa tanto como o seu positiuo, cõ este auerbio, Mais” (8 v).
- g) o grau aumentativo: “Esta maneira de nomes Aumentatiuos, é contraíra â de çima por que hu)a diminuye a cousa, e outra acreçenta. Destes nomes, Gregos, e Latinos ñã tratã em suas Grammáticas por ôs nam terem” (8 r-v).

### 3. CONCLUSÃO

Diante de tudo isso, não custa concluir que as idéias gramaticais de João de Barros expressam uma visão bem clara das características da língua portuguesa. Surpreende mesmo em alguns pontos, sobretudo quando se afasta das descrições propostas para o latim ou grego, pois a tradição clássica constituiu um legado ao qual se manteve, principalmente naquela época, um grande respeito ou quase servilismo. Este respeito, conforme argumentamos em outro estudo (Monteiro, 1995), se traduz em homenagem e explica talvez a prática do plágio, que se faz presente não apenas na obra de João de Barros, mas também na dos gramáticos ou ortografistas que o seguiram, entre os quais Gândavo (1574), Lião (1576, 1606) e Véra (1631).

Em linhas gerais, por conseguinte, o trabalho realizado pelos nossos dois primeiros gramáticos não pode nem deve ser relegado ao esquecimento. Ambos, com objetivos e propostas bem definidas, foram capazes de traçar o percurso por onde se desenvolveu a história de nossas idéias gramaticais. Cada um a seu modo expôs uma doutrina que, sem alterações substanciais, resiste ao tempo e às críticas.

E, pela própria diversidade de objetivos e propostas, uma avaliação final do pensamento lingüístico de João de Barros, comparado ao de Fernão de Oliveira, talvez não nos permita considerar a superioridade de um sobre o outro. Há, na realidade, quem pouco valor atribua a ele e, por contraste, assinale os toques de genialidade em Fernão de Oliveira. Assim, José Pedro Machado (1945) diz que João de Barros não submeteu a língua portuguesa a uma análise profunda como fizera o seu antecessor, este sim, para ele, um dos

mais importantes filólogos renascentistas. E Silveira Bueno (1958), mais severo ainda, qualifica-o de mero plagiador de Fernão de Oliveira, julgamento com o qual não concordamos, desde que entre os dois autores não há sequer coincidência nomenclatural.

Por outro lado, há quem pretenda dar superioridade à obra de João de Barros, não só pelo cunho pedagógico com que foi elaborada mas também pela segurança doutrinária que revela. Estanco Louro (s/d:17) chega inclusive a considerá-la superior a todas as descrições gramaticais do século XVI. Buescu (1983:15), de forma análoga, parece tomar essa posição, ao destacar o papel de representante de uma aristocracia mental atribuído a João de Barros, em oposição ao aventureirismo cultural de Fernão de Oliveira.

O fato é que, a nosso ver, ambos os pioneiros de nossa descrição gramatical são grandes em aspectos distintos. Na parte relativa à segunda articulação da linguagem, a agudeza de percepção e a minuciosidade de Fernão de Oliveira o tornam insuperável em sua época. Mas sua obra infelizmente ficou inacabada. Se o nível da primeira articulação tivesse sido explorado de forma exaustiva, com certeza jamais seus sucessores dele se aproximariam. Felizmente, com uma segurança doutrinária que ainda hoje surpreende, João de Barros desenvolveu a parte que faltava. Por isso, seria talvez bem mais justo atribuir a ambos, como se tivessem feito uma obra de co-autoria, o feito histórico de escrever a primeira gramática da língua portuguesa.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, João de (1540). *Gramática da língua portuguesa*; Cartinha, Gramática, Diálogo em louvor da nossa linguagem e Diálogo da Viciosa Vergonha. Reprod. facsim., leit., introd. e anot. por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa, Faculdade de Letras, 1971. 482 p.
- BESSA, J. Rogério F. (1979/80). A “formação de palavras” na visão dos gramáticos portugueses do século XVI. *Revista de Letras*. Fortaleza, 2/3 (2/1): 32-58.
- BUENO, F. da Silveira (1958). *A formação histórica da língua portuguesa*. 2<sup>a</sup>. ed. Rio de Janeiro, Saraiva.
- BUESCU, Maria Leonor Carvalhão (1983). *Babel ou A ruptura do signo: a gramática e os gramáticos portugueses do século XVI*. Lisboa, Imprensa Nacional; Casa da Moeda. 363 p.
- COSERIU, Eugenio (1975) Sprache und funktionalität bei Fernão de Oliveira. *The History of Linguistics*. Lisse/ Netherlands, Peter de Ridder Press. 26 p.
- GÂNDAVO, Pêro de Magalhães de (1574). *Regras que ensinam a maneira de escrever e orthographia da lingua portuguesa*; com hum Dialogo que a diante se segue em defensam da mesma lingua. Ed. prep. por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa, Officina de Antonio Gonsalvez, 1981. XX + 72 p.

- LIÃO, Duarte Nunes do (1576). *Orthographia da lingua portvgvesa*. Lisboa, João de Barreira impressor. 78 fol.
- \_\_\_\_\_. (1606). *Origem da lingua portuguesa*. 4ª ed. prep. por José Pedro Machado Craesbeeck. Lisboa, Pedro de Azevedo, 1945. 363 p.
- LOURO, Estanco (s/d). *Gramáticos portugueses do século XVI*: F. de Oliveira, J. de Barros, P. de M. de Gândavo, D. N. de Leão. Lisboa, Ressurgimento. 31 p.
- MACHADO, J. P. (1945). Estudo preliminar. In: LIÃO, Duarte Nunes do. *Origem da lingua portuguesa*. 4ª ed. Lisboa, Pedro de Azevedo, pp. 3-216.
- MONTEIRO, José Lemos (1991). *Morfologia portuguesa*. 3ª ed. São Paulo, Pontes, 1991. 220 p.
- \_\_\_\_\_. (1994). *Pronomes pessoais; subsídios para uma gramática do português do Brasil*. Fortaleza, EUFC. 272 p.
- \_\_\_\_\_. (1995). A Ortografia de Álvaro Ferreira de Vera. *Letras*. Campinas, 14 (1/2) : 186-208.
- NAGEL, Rolf von (1969). Die orthographieregeln das Pêro de Magalhães de Gândavo. In: *Aufsätze zur portugiesischen Kulturgeschichte*. Herausgegeben von Hans Flasche, Aschendorffsche Verlagsbuchhandlung, Münster Westfalen, 9:110-35.
- NEBRIJA, Antonio de (1492). *Gramatica castellana*. Texto estabelecido sobre a edição *princeps*, introd. e notas de Pascual Galindo Romeo e Luis Ortiz Muñoz. Madrid, Ed. de la Junta del Centenario, 1946. 303 p.
- OLIVEIRA, Fernão de (1536). *Grammatica da lingoagem portuguesa*. 3ª ed. prep. por Rodrigo de Sá Nogueira, seguida de um estudo e de um glossário de Aníbal Ferreira Henriques. Lisboa, José Fernandes Jr., 1933. 142 p.
- PINTO, Rolando Morel (1962). *Gramáticos portugueses do renascimento*. Separata da Revista de Portugal. Lisboa, 27:286-303.
- SAUSSURE, Ferdinand de (1970). *Curso de lingüística geral*. 2ª ed. São Paulo, Cultrix. 279 p.
- VÉRA, Álvaro Ferreira de (1631). *Orthographia ou Modo para escrever certo na lingua portuguesa*. Lisboa, Mathias Rodriguez. 48 fol.